

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

- 1. Regimento da Assembleia Municipal – Revisão.** -----
- 2. Eleição de dois presidentes de juntas de freguesia (um efetivo e um suplente) para o XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).** -----
- 3. Eleição de dois presidentes de juntas de freguesia (um efetivo e um substituto) para o Conselho Municipal de Educação.** -----
- 4. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.**-----
- 5. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.** -----
- 6. Eleição de quatro membros efetivos e um suplente, dos eleitos diretos para a Assembleia Municipal, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL).**-----
- 7. Designação de seis cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança.** -----
- 8. Designação de quatro cidadãos para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém (CPCJ).**-----
- 9. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** -----
- a) Eleição de dois membros da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Seleção e Acompanhamento para Atribuição de Bolsas de Estudo.** ----
- b) Autorização para transmissão de lote de terreno ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), e de reversão a favor do Município;** -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Matos Cascão da Silva, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Manuel Botelho Mourão, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Rui Manuel Maria Beles Vieira, Francisco de Oliveira Pereira, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Francisco Alfeirão Rodrigues, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e dos senhores Vereadores Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Óscar Domingues Ramos e Francisco Maria Carrajola de Sousa.-----

Não compareceram os membros: Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Maria Emília Batista de Almeida. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----
SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, deu conhecimento de que a Senhora Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, eleita do PS, se fazia substituir na presente sessão, pela **Senhora Raquel Louro Vieira Correia**, e o Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, eleito da Coligação Santiago do Mais, se fazia substituir pelo **Senhor António Manuel Alves Gamito de Matos** que se seguem *imediatamente na ordem das respetivas lista*, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DE INÍCIO DE MANDATO -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que cumprimentou os membros da Assembleia Municipal no início deste novo mandato, fazendo votos para que se possa trabalhar em conjunto de forma profícua, em benefício da população, independentemente de nem sempre todos estarem de acordo sobre os assuntos que venham a ser colocados ao longo do mesmo.-----

ACESSO À DOCUMENTAÇÃO PARA AS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

A Senhora Presidente informou que, se houvesse dúvidas por parte dos membros da Assembleia Municipal sobre o acesso à Plataforma onde é colocada a documentação, podiam ser colocadas, de imediato, aos técnicos informáticos que estavam presentes para as esclarecer. -----

Não foram colocadas dúvidas no acesso aos documentos.-----

A Senhora Presidente agradeceu a presença do Senhor Engº Luís Guerreiro e do Técnico de Informática Bruno Moreira.-----

----- ORDEM DO DIA:-----

1. Regimento da Assembleia Municipal – Revisão. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, apresentou a seguinte proposta com as alterações indicadas pela Comissão da Assembleia Municipal para Revisão do Regimento: -----

“PROPOSTA: Aprovar o Regimento da Assembleia Municipal com as seguintes alterações: **Artigo 16º** **Períodos das reuniões “...”Intervenção do público”,...”** **passa a figurar em primeiro lugar no parágrafo único.**-----

O **artigo 19º** passa a **artigo 17º**, com a seguinte alteração no ponto 1. “ antes *de qualquer outro período*”. -----

O anterior **artigo 17º** passa a figurar como **artigo 18º** e o anterior artigo 18º passa a **artigo 19º.**-----

Capítulo V, Grupos Municipais, Artigo 46º Constituição. Ponto 4. passa a ter a seguinte redação: **“Compete ao Presidente da Mesa decidir da possibilidade de cedência das instalações, depois de ouvir a Câmara Municipal.”** -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Rui Beles, eleito do BE, referindo concordar com as alterações indicadas, até porque fez parte da Comissão de Revisão do Regimento, acrescentando que não foram feitas alterações substanciais ao Regimento em vigor no anterior mandato. Mais referiu que era importante dar maior publicitação ao que se passa na Assembleia Municipal, através das tecnologias existentes, designadamente na página da Câmara municipal na *internet* e no *facebook*, para que qualquer pessoa tenha acesso e no sentido dos cidadãos ficarem informados.-----

A Senhora Presidente informou que as sessões das Assembleia Municipal são divulgadas através de editais colocados, em todas as freguesias, nos locais de estilo e também no Sítio da Internet do Município, bem como os editais com as deliberações de eficácia externa e as atas e moções da Assembleia Municipal. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, propondo a seguinte alteração: **Capítulo V, Grupos Municipais, Artigo 46º Constituição. Ponto 4.** **“Compete ao Presidente da Mesa decidir da possibilidade de cedência das instalações, depois de ouvir a Câmara Municipal.”** -----

Não havendo mais propostas de alteração, a Senhora Presidente colocou a **proposta da Comissão de Revisão do Regimento e a proposta de alteração apresentada pelo Senhor Manuel Mourão** a votação, tendo ambas sido **aprovadas, por unanimidade.** --

O Regimento da Assembleia Municipal, com as alterações aprovadas, é dado como reproduzido na presente ata com o número dezanove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Eleição de dois presidentes de juntas de freguesia (um efetivo e um suplente) para o XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), nos termos dos estatutos da Associação. -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Carlos Parreira que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte **“PROPOSTA: Senhor Rui Estevam de Matos, efetivo, Presidente da Junta de Freguesia de Abela, e Senhor Carlos Jorge Canário Parreira, suplente, Presidente da Junta de Freguesia de Ermidas Sado.”**-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, por escrutínio secreto, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, cinco votos contra e cinco votos brancos. -----

3. Eleição de dois presidentes de juntas de freguesia (um efetivo e um substituto) para o Conselho Municipal de Educação, em conformidade com o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro e Lei nº 41/2003, de 22 de agosto. -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Carlos Parreira que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte **PROPOSTA: Senhora Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, efetiva, Presidente da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e S. Bartolomeu da Serra, e Senhor David Oliveira Gorgulho, suplente, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André.”**-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, por escrutínio secreto, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, seis votos contra e cinco votos brancos. -----

4. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto. -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Carlos Parreira que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte “**PROPOSTA: Senhor Hélder Silva Pereira**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco da Serra. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, por escrutínio secreto, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, seis votos contra e cinco votos brancos. -----

5. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em conformidade com o Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de janeiro. -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Carlos Parreira que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte “**PROPOSTA: Senhor António Albino**, Presidente da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, por escrutínio secreto, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, cinco votos contra e cinco votos brancos. -----

6. Eleição de quatro membros efetivos e um suplente, dos eleitos diretos para Assembleia Municipal, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL), em conformidade com o artigo 83º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor João Alberto Guerreiro que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte “**PROPOSTA: Membros efetivos: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves, João Alberto Machado Guerreiro e Jorge Manuel Mata Magrinho.** -----

Membro suplente: Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor José Matos Cascão da Silva que, em representação dos eleitos do PS, apresentou a seguinte “**PROPOSTA: membros efetivos: Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva.** -----

Membro suplente: José Matos Cascão da Silva. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais propostas de listas, a Senhora Presidente procedeu à atribuição da **letra A**, à primeira lista apresentada, **dos eleitos da CDU**, e da **letra B**, à lista **apresentada pelos eleitos do PS**. -----

Colocou, em seguida, as listas a votação, por voto secreto, pelos membros eleitos diretamente para a Assembleia Municipal, tendo a **Lista A obtido dez votos** e a **Lista B seis votos. Houve quatro votos brancos**. -----

Aplicado o método da média mais alta de Hondt, de acordo com o previsto na Lei, **os mandatos foram atribuídos da seguinte forma: Três para a Lista A, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Manuel Guerreiro Neves e João Alberto Machado Guerreiro**.-----

Um para a Lista B, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó.-----

7. Designação de seis cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança, em conformidade com a Lei nº 33/98, de 18 de julho. -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra à Senhora Adelaide Lemos que, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte “**PROPOSTA: Senhor Élio dos Anjos Rosa**, Pintor Industrial, natural e residente em Santiago do Cacém, **Luís Manuel de Sousa**, Operador de Consola, natural de Sines e residente na Cidade de Vila Nova de Santo André, **Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida**, Ajudante de cozinha, natural de Moçambique e residente na Cidade de Vila Nova de Santo André, **Sónia Regina Sobral Gonçalves**, Professora, natural de S. Domingos, residente em Vale de Água, **Jorge Manuel Mata Magrinho**, Operador Químico, natural de Ferreira do Alentejo, residente em Relvas Verdes, Santiago do Cacém, e **Victor Manuel Veloso dos Santos**, Operador de sala de controlo, natural de Matosinhos e residente em Santiago do Cacém.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, em lista, e por escrutínio secreto, a qual foi aprovada, **por maioria**, com dezanove votos a favor, três votos contra e seis votos brancos. -----

8. Designação de quatro cidadãos para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém (CPCJ), em conformidade com a Lei nº 142/2015, de 8 de setembro e Lei nº 147/99, de 1 de setembro. -----

Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, foi apresentada a seguinte “**PROPOSTA: Reconduzir as quatro cidadãs que já integram a Comissão Alargada da CPCJ de Santiago do Cacém, designadas pela Assembleia Municipal nos mandatos anteriores e cujos mandatos na Comissão ainda estão em curso, a saber: -----**

Mónica Fialho Pires de Aguiar, Jurista, natural e residente em Alvalade. -----

Maria José Estevens Rocha, Secretária, natural de Beja e residente na Cidade de Santiago do Cacém. -----

Maria de Fátima Gamito da Costa Rodrigues, Professora aposentada, natural e residente na Cidade de Santiago do Cacém. -----

Maria da Luz Gomes Salgado, Aposentada da Função Pública, natural e residente na Cidade de Santiago do Cacém.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio o Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, referindo que não se opunha à proposta de que se mantenham as pessoas designadas anteriormente, por considerar que deve haver estabilidade nas equipas que acompanham as crianças e jovens.-----

Mais referiu que gostaria de ver integrado nesta Comissão um técnico formado em psicologia e que, embora considerasse que pessoas reformadas que tiveram contactos com crianças e jovens na sua vida profissional constituíam uma mais-valia para o trabalho da Comissão, considerava também que era importante constituir equipas plurais, em termos técnicos e de idade, recomendando que no futuro fosse tido em conta a colocação de pessoas no ativo, custeadas pela Câmara Municipal, para defender as crianças e jovens. -----

A Senhora Presidente esclareceu que se tratava da designação de cidadãs para a Comissão alargada, acrescentando que na Comissão restrita estão colocados técnicos da Câmara Municipal, Ministério da Educação e Ministério da Saúde. -----

Interveio a Senhora Susana Pádua, eleita do PS, referindo que também concordava que fosse dada continuidade aos mandatos em curso. -----

Mais referiu que seria de equacionar, numa futura designação de cidadãos para aquela Comissão, a indicação da Dr^a Adélia Silva que já presidiu à CPCJ de Santiago do Cacém e de Sines, onde desenvolveu um trabalho muito positivo, considerando que seria importante para a Comissão voltar a contar com a sua colaboração. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, por lista e por escrutínio secreto, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor, um voto contra e seis votos brancos. -----

----- “9. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL -----

--- a) Eleição de dois membros da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Seleção e Acompanhamento para Atribuição de Bolsas de Estudo. -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal a designação de dois membros para integrarem a Comissão de Seleção e Acompanhamento das Bolsas de Estudo. -----

FUNDAMENTOS: Alíneas c), d) e e) do artigo 14º do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior.” -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, apresentou a seguinte proposta da Mesa da Assembleia Municipal: “Designar a Senhora Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, eleita da Coligação Santiago do Cacém Mais e o Senhor Norberto Valente Barradas, eleito da CDU, para integrarem a Comissão de Seleção e Acompanhamento das Bolsas de Estudo.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal a votação dos dois nomes, em lista, não tendo havido objeções.

A Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, em lista, e por escrutínio secreto, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, um voto contra e cinco votos em branco. -----

--- b) Autorização para transmissão de lote de terreno ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), e de reversão a favor do Município; -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: UM** – Aprovar as alterações às condições de cedência do direito de superfície, requeridas pelo Instituto Piaget, ficando condicionadas à posterior aprovação pela Assembleia Municipal, a saber: -----

- a) Autorizar a transmissão pelo Instituto Piaget a favor do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, do prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo 7 017º, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 4781/20151127, da freguesia de Santo André, para aí ser criado um Centro de Formação Profissional; -----
- b) Aceitar a reversão a favor do Município de Santiago do Cacém, do lote 3, com a área de 89 494,00 m2, que resultar da operação de loteamento em curso nos serviços, e relativa à divisão do prédio urbano correspondente à anterior “Parcela B”. -----
- c) Aceitar as alterações ao objeto do direito de superfície em vigor. -----

DOIS – Solicitar à Assembleia Municipal que se pronuncie e delibere sobre o assunto, tendo em consideração as alterações propostas ao objeto do direito de superfície, quer no que respeita aos lotes que continuam na posse do Instituto Piaget, quer no que se refere ao lote a transmitir para o IEFP; * -----

TRÊS – No caso do lote onde se encontra a unidade hoteleira, e que continua na titularidade do Instituto Piaget, o direito de superfície passará a ser oneroso, de acordo com o Regulamento Municipal de Gestão dos Parques empresariais do Município, mantendo-se nos restantes, a cedência a título gratuito, tendo em conta os respetivos objetos. -----

QUATRO – Em caso de aprovação das alterações propostas, serão alteradas e adaptadas às novas realidades, as condições de constituição do direito de superfície, quer com o Instituto Piaget, relativamente aos lotes de que continua superficiário, quer com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, no que ao lote a adquirir diz respeito. -----

FUNDAMENTOS: Um - De acordo com o previsto nas alíneas o) e c) do nº 1 do artigo 33º, e na alínea k) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

Dois – De acordo com o disposto no Regulamento Municipal de Gestão dos Parques Empresariais do Município; -----

Três - Em face do interesse público dos equipamentos já edificados e os a edificar, para o Município e para a região, que se propõem servir.” -----

*Documentos que são dados como reproduzidos na presente ata com o número vinte, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no âmbito da apresentação da proposta, fez o historial da cedência daqueles terrenos pelo Município ao Instituto Piaget, para a criação de um Pólo Universitário e respetivos equipamentos de apoio. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor José Matos Cascão da Silva, eleito do PS, referindo que a solução apresentada será, eventualmente, a melhor, a qual poderá permitir uma situação estável da parcela A, caso o projeto do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) se concretize. -----

Questionou se o IEFP vai pagar direito de superfície sobre aquela parcela. -----

Mais referiu estar menos otimista no que dizia respeito à parcela B, a qual compreende o Lote 1 e o Lote 2, dado que não existe uma calendarização das atividades previstas para aqueles lotes, considerando também que as áreas dos mesmos são relativamente generosas para os fins em vista. -----

Acrescentou desconhecer se o Instituto Piaget está a desenvolver a sua atividade editorial nos armazéns existentes naquela parcela e destinados ao efeito. -----

Questionou também se o Instituto Piaget ia pagar direito de superfície no referente àqueles dois lotes. -----

Interveio o Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, começando por referir que o projeto em causa era uma boa oportunidade para rentabilizar aquele terreno, o qual estava sem atividade havia alguns anos, acrescentando que o projeto do IEFP era importante para a população do Município e da região. -----

Questionou ainda se os atuais serviços do IEFP, na Freguesia de Santiago do Cacém, seriam deslocados para Santo André. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, começando por referir que devia haver uma maior exigência neste processo relativamente a contrapartidas para o Município por parte do Instituto Piaget. Acrescentou que o mesmo continua a não cumprir com a maior parte do que foi protocolado com o Município, desde dois mil e um. -----

Mais referiu que devia haver uma calendarização dos novos investimentos e que seria importante constituir uma comissão de acompanhamento deste processo. -----

Referiu também ter algumas dúvidas sobre a efetiva realização da atividade editorial do mercado livreiro do Piaget nos armazéns destinados à mesma. -----

Referiu ainda que o Piaget devia pagar algo pela ocupação dos espaços para instalar os novos equipamentos e que o mesmo princípio devia ser aplicado ao IEFP, de forma a haver algum retorno para o Município. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por esclarecer que o IEFP não ia pagar direito de superfície. -----

Relativamente à questão da dimensão da Parcela B, lotes 1 e 2, esclareceu que deve ser tido em conta que, para além do edificado, terão de existir áreas para espaços verdes, equipamento urbano e estacionamento. -----

Sobre o espaço ocupado pelos armazéns afetos à área editorial do Piaget, referiu que a informação que tinha era de que existia atividade nos mesmos. -----

Referiu ainda que o projeto inacabado existente naquela parcela possibilitará ao Piaget concretizar a intenção de ali a criar um Centro de Reabilitação, similar ao de Alcoitão, tendo o mesmo informado que estava a negociar com potenciais investidores no sentido da concretização daquele projeto. -----

Mais informou que o Piaget não irá pagar direito de superfície daqueles lotes, mas se o edifício inacabado for ocupado por uma atividade diferente daquela que está prevista no protocolo, a situação terá que ser revista. -----

Em relação à deslocação de serviços do IEFP, referiu que se tratava de uma questão interna da gestão do mesmo, acrescentando que a informação que tinha era de que o Centro da Boa Vista não ia encerrar. -----

Acrescentou que o IEFP pretendia adquirir aquele espaço com o objetivo de ali construir um grande Centro de Formação para servir todo o Litoral Alentejano, deixando assim de pagar aluguer de várias instalações nos diferentes municípios da região, evitando também a deslocação das pessoas. -----

Sobre a criação de uma comissão de acompanhamento do processo, considerou que a Câmara Municipal tem competências e meios para o supervisionar. -----

Acrescentou acreditar que existe boa-fé de todas as partes naquele processo negocial e que o pagamento do Direito de Superfície iria onerar substancialmente a aquisição do espaço e equipamento, por parte do IEFP, o que podia por em causa aquela transação e o projeto previsto. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis votos dos eleitos da CDU, senhor(a)(e)s Paula Maria Daniel de Melo

Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira; Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Sila Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, quatro votos dos eleitos do PS, senhor(e)(a)s José Matos Cascão da Silva, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Raquel Louro Vieira Correia e Ricardo Jorge da Cruz, e um voto do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles de Oliveira. -----

Sete abstenções, sendo três de eleitos do PS, senhor(e)(a)s Manuel Botelho Mourão, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhor(e)(a)s António Manuel Alves Gamito de Matos, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues. -----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pelo Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Não posso votar a favor da proposta apresentada pelos seguintes motivos: -----

- 1- Não haver parte onerosa para o IEFP no Direito de Superfície. -----
- 2- Não haver parte onerosa para o PIAGET com a utilização dos novos equipamentos que vão construir. -----
- 3- Não estar calendarizada a construção dos novos equipamentos por parte do PIAGET. “

Pela Senhora Raquel Correia, foi apresentada a seguinte declaração de voto, subscrita por todos os eleitos do PS: “Cedência de terreno ao IEFP.IP-----

O Centro de Formação entrou em funcionamento em 1996, como resultado da extinção do Centagro – Centro Protocolar de Formação Profissional para a Área Agrícola que exercia a sua atividade em todo o território continental português – atualmente funciona como sede da unidade orgânica do serviço de emprego e formação profissional do Alentejo Litoral e como Centro de Formação. -----

A oferta formativa deste Centro destina-se a públicos diferenciados, procurando, de forma crescente, proporcionar soluções formativas integradas, formatadas à medida das necessidades do seu público alvo e das empresas, onde se assegura, para além de uma qualificação profissional, uma certificação escolar. -----

Para tal, o Centro dispõe de instalações próprias, localizando-se no centro do triângulo habitacional Santiago do Cacém/Sines/Santo André e procura responder da melhor forma às solicitações, em função da taxa de ocupação dos espaços existentes, com muitos constrangimentos relativamente à capacidade formativa instalada, debatendo-se com grandes limitações ao nível de instalações físicas e infraestruturas para as formações previstas, sendo necessário estabelecer parcerias com diversas entidades da região para poder chegar mais perto das populações. -----

Outro dos constrangimentos face à sua localização, são os horários dos transportes públicos limitativos da própria atividade formativa, pelo que muitas das ações de formação são desenvolvidas externamente, com as dificuldades inerentes ao seu funcionamento, acompanhamento e controlo. -----

Apesar dos esforços de todos os funcionários em corresponder eficazmente à quantidade do serviço prestado a grande dispersão geográfica entre as diversas instalações onde funcionam as ações não ajuda na rentabilização dos recursos humanos e na capacidade de tempos e respostas aos problemas com os quais, diariamente, se confrontam técnicos e direção. -----

Desde há muito que se ambiciona um novo espaço, sendo que o Pólo do Piaget sito em Vila Nova de Santo André se afigura como o melhor espaço ao nível de instalações físicas e infraestruturas para as formações previstas, bem como de acessibilidades. ----- Os eleitos do PS, em Assembleia Municipal reunida em Sessão Extraordinária no dia 23 de novembro de 2017, saudam as diligências desenvolvidas pelo Delegado Regional, Diretor do Centro A-EFAL, Presidente do Conselho Diretivo do IEFP e a forma pronta e diligente como o Senhor Presidente da Câmara Municipal tratou este assunto.”-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. ----- Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. ----- Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**. ----- Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e três horas E quinze minutos.-----
Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

